

Janaína Ivanilda de Moraes

**Repensando o acompanhamento psicossocial dos atingidos pela Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: a Educação Permanente em Saúde como estratégia para a reestruturação Clínico Institucional do “Conviver”**

Janaína Ivanilda de Moraes

**Repensando o acompanhamento psicossocial dos atingidos pela Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: a Educação Permanente em Saúde como estratégia para a reestruturação Clínico Institucional do “Conviver”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Me. Luciana Souza d’Ávila

Belo Horizonte  
2022

M828r

Moraes, Janaína Ivanilda de.

Repensando o acompanhamento psicossocial dos atingidos pela Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: a educação permanente em saúde como estratégia para a reestruturação clínico institucional do "Conviver". / Janaína Ivanilda de Moraes. - Belo Horizonte: ESP-MG, 2022.

41 f.

Orientador(a): Luciana Souza d'Ávila.

Projeto de Intervenção (Especialização) em Saúde Pública.

Inclui bibliografia.

1. Atenção Psicossocial. 2. Desastres. 3. Mariana. 4. Educação Permanente em Saúde. I. d'Ávila, Luciana Souza. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Título.

NLM W 30

Janaína Ivanilda de Moraes

**Repensando o acompanhamento psicossocial dos atingidos pela Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: a Educação Permanente em Saúde como estratégia para a reestruturação Clínico Institucional do “Conviver”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Aprovado em: 15/12/2022

Banca Examinadora

Dra. Marcela Alves de Lima Santos, Doutora em Saúde Coletiva - Avaliadora  
Secretaria Municipal de Saúde de Mariana

Me. Marcelo Arinos Drummond Júnior, Mestre em Psicologia Social - Avaliador  
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

Me. Luciana Souza d'Ávila, Mestre em Saúde Pública, - Orientadora  
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte  
2022

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (in memoriam), por estarem sempre presentes na lembrança e me formarem por seus cuidados amorosos.

Às minhas irmãs, por serem pouso e acolhimento durante o período da especialização e em outros momentos da vida.

Ao Márcio e à Clarice, por serem os principais apoiadores de minha trajetória, pela parceria e pela compreensão dos momentos ausentes.

À Mai e ao Tom, amores distantes que estiveram presentes em vídeo chamadas e juntinho do coração.

Aos professores da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, por partilharem os seus conhecimentos e contribuírem com a minha formação de forma ética e crítica.

Aos colegas da 40ª turma de Especialização em Saúde Pública da ESP- MG, pelas trocas, pelo apoio mútuo e pelas construções durante a caminhada.

À Gislene, que coordenou o curso com dedicação e afeto.

À Luciana, orientadora que foi suporte, amizade, parceria e que com delicadeza foi me fazendo enxergar beleza na construção conjunta.

Ao Marcelo, por sempre aceitar os convites e contribuir na minha jornada profissional e estudantil, são muitos aprendizados!

À Marcela, pela amizade, pela acolhida na saúde mental, pelas trocas e aprendizados, agradeço por aceitar o convite e por continuar me auxiliando na minha caminhada profissional.

A todos os colegas do Conviver que convivem comigo e sempre me ensinam, agradeço pelas trocas e parcerias.

À Bianca, estagiária que ensina, que divide e que cuida com os afetos interioranos.

Aos atingidos de Mariana, que compartilham suas histórias, suas vivências e que me ensinam a cada dia com suas lutas.

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

FREIRE, 2000, p. 155

## RESUMO

Em 5 de novembro de 2015, a Barragem de Fundão da mineradora Samarco/SA, se rompeu e atingiu o município de Mariana (MG). A lama de rejeitos de minério percorreu ao longo do Rio Gualaxo, atingiu o Rio Doce e desaguou no litoral do Espírito Santo. O maior desastre ambiental do país afetou ecossistemas e a vida de milhares de pessoas. Em meio aos danos causados, a saúde mental das pessoas atingidas sofre diversos impactos, fazendo com que sejam elaboradas respostas a partir das políticas públicas municipais. Como resposta, foi elaborado um Plano de Ação da Saúde Mental, em Mariana, que efetivou a criação de uma equipe específica responsável pelo acompanhamento em Saúde Mental das populações atingidas que sofreram deslocamento forçado dos distritos atingidos para a Sede urbana do município. A Equipe Conviver iniciou suas atividades em janeiro de 2016 e, desde então, presta acompanhamento em Saúde Mental à população atingida. Devido ao ineditismo do trabalho desenvolvido e ao contexto instável vivenciado pela população atingida, o trabalho da Equipe Conviver deve ser constantemente repensado, a fim de adaptar às necessidades do contexto vivenciado. Com a previsão de reassentamento das famílias atingidas, modificando novamente seus territórios e em decorrência das mudanças provocadas pela Pandemia de Covid- 19, foi constatada a necessidade de atualização da estruturação clínico institucional do Conviver. O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta participativa de reestruturação e atualização do projeto clínico institucional do Conviver a partir dos pressupostos da Educação Permanente em Saúde. Baseado no modelo das Oficinas em dinâmicas de Grupo, o projeto de intervenção conta com sete encontros, com o uso de técnicas com o objetivo de favorecer a reflexão e sistematização das ações do Conviver. Espera-se, por meio da construção coletiva dos profissionais em seu campo de trabalho, estabelecer um espaço constante de trocas e construção de saberes.

Palavras-chave: Atenção Psicossocial; Desastres; Mariana; Educação Permanente em Saúde.

## ABSTRACT

On November 5, 2015, the Fundão Dam, belonging to the mining company Samarco/SA, broke and reached the municipality of Mariana (MG). The mud from the ore tailings traveled along the Gualaxo River, reached the Doce River and flowed into the coast of Espírito Santo. The biggest environmental disaster in the country affected ecosystems and the lives of thousands of people. Amidst the damage, the mental health of the affected people suffers several impacts, leading to responses elaborated based on municipal public policies. In response, a Mental Health Action Plan was drawn up, which created a specific team responsible for monitoring the mental health of the affected populations who suffered forced displacement from the affected districts to the urban headquarters of the municipality. The Conviver Team started its activities in January 2016 and, since then, has provided Mental Health follow-up to the affected population. Due to the originality of the work carried out and the unstable context experienced by the affected population, the work of the Conviver Team must be constantly rethought, in order to adapt to the needs of the context experienced. With the forecast of resettlement of the affected families, modifying their territories again and as a result of the changes caused by the Covid-19 Pandemic, it was verified the need to update the institutional clinical structure of Conviver. This work aims to present a participatory proposal for restructuring and updating the institutional clinical project of Conviver based on the assumptions of Permanent Education in Health. Based on the model of the Workshops in Group Dynamics, the intervention project has seven meetings, with the use of techniques with the objective of favouring the reflection and systematization of Conviver's actions. It is expected, through the collective construction of professionals in their field of work, to establish a constant space for exchanges and construction of knowledge.

Keywords: Psychosocial Care; Disasters; Mariana; Permanent Education in Health.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

EPS - Educação Permanente em Saúde

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RAS - Rede de Atenção à Saúde

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UBS- Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	12
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	13
<b>3.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	13
<b>3.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	13
<b>4</b>	<b>DIALOGANDO COM A LITERATURA E COM O CONTEXTO</b> .....	14
<b>4.1</b>	<b>A Educação Permanente em Saúde como estratégia para se repensar processos de trabalho do Conviver</b> .....	14
<b>4.2</b>	<b>Conhecendo o cenário de Mariana</b> .....	17
<b>4.3</b>	<b>A equipe Conviver</b> .....	18
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	22
<b>6</b>	<b>A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</b> .....	24
<b>6.1</b>	<b>Planejamento dos encontros</b> .....	24
	<i>6.1.1 Primeiro encontro</i> .....	24
	<i>6.1.2 Segundo encontro</i> .....	25
	<i>6.1.3 Terceiro encontro</i> .....	26
	<i>6.1.4 Quarto encontro</i> .....	27
	<i>6.1.5 Quinto encontro</i> .....	29
	<i>6.1.6 Sexto encontro</i> .....	31
	<i>6.1.7 Sétimo encontro</i> .....	32
<b>6.2</b>	<b>Cronograma</b> .....	34
<b>6.3</b>	<b>Recursos necessários</b> .....	34
<b>7</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	36

## APÊNDICES

<b>Apêndice</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>Termo</b>	<b>de</b>	<b>38</b>		
Consentimento.....							
<b>Apêndice</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>Termo</b>	<b>de</b>	<b>Uso</b>	<b>da</b>	<b>39</b>
Imagem.....							

## APRESENTAÇÃO

Enquanto trabalhadora e integrante da equipe do “Conviver”, identifiquei a necessidade de reestruturação Clínico Institucional do projeto e, por meio deste trabalho, pretendo apresentar uma proposta de intervenção para contribuir com a reformulação do nosso processo de trabalho. Iniciei minha atuação como psicóloga em 2011 em Mariana, Minas Gerais, e pouco sabia a respeito do município, além de que é vizinho de Ouro Preto, uma cidade histórica e que, desde antes de sua fundação, já sofria com a exploração mineral. Mariana, a Primaz de Minas, possui forte relevância na história do Estado e do Brasil.

Em 5 de novembro de 2015, um desastre passou a marcar, mais uma vez, o nome de Mariana na história do país: o rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco/SA, que continua, ainda hoje, a afetar a vida de milhares de pessoas. O maior desastre ambiental do país se desenhou com a lama de rejeitos escorrendo ao longo do rio Gualaxo, atingindo o Rio Doce e chegando ao litoral do Espírito Santo.<sup>1</sup> Comunidades rurais foram afetadas e centenas de famílias sofreram deslocamento forçado e tiveram seus modos de vida fortemente modificados. Nessa ocasião, eu trabalhava em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), mas, desde de janeiro de 2017, iniciei meus trabalhos na área da saúde mental, passando a integrar a Equipe do Conviver, dispositivo para o qual será apresentado e desenvolvido o presente projeto de intervenção.

---

<sup>1</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. IBAMA. Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao>>. Acesso em: 15 set. 2022.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o rompimento da Barragem de Fundão, o município e a maior parte dos serviços públicos, voltaram sua atenção para as pessoas atingidas, assim como para as relações que se estabeleceram a partir de então. Como apontam Santos e Ribeiro (2017), profissionais que chegavam de diversos lugares do Brasil, governos, imprensa, movimentos sociais, voluntários e curiosos. O território se modificou rapidamente, suas paisagens, seus movimentos, suas rotinas. Era um momento de grandes mobilizações, de muitas necessidades, de pouco preparo. O município começou a construir respostas com as possibilidades que tinha e com os auxílios que tinha. Em meio a esse cenário, a empresa responsável também dava respostas. Sete anos após o rompimento da barragem, entretanto, muitas respostas ainda não foram dadas.

Nesse contexto, foi necessário elaborar políticas públicas e planos de ação voltados à população atingida, com a divisão de responsabilidades entre o ente público - Prefeitura Municipal de Mariana - e o privado Samarco Mineração S.A., esta a causadora do desastre. De forma simplificada, a mineradora, hoje por meio da Fundação Renova, seria responsável pelo financiamento da estrutura (locais e parte dos materiais) e da contratação de profissionais. À prefeitura, por sua vez, caberia a gestão do trabalho e a oferta da assistência, a partir das premissas do Sistema Único de Saúde (SUS).<sup>2</sup>

As tensões sobre essas responsabilidades, no entanto, são constantes e resultam em diversos questionamentos em relação ao direito à saúde dos atingidos, levantando temas como adoecimentos, reparações, morte, entre outros. Vale lembrar que a efetivação do direito à saúde vai além de seu caráter positivo, ou seja, de assistência e prestação de serviços, envolvendo também um componente negativo ou de defesa contra os perigos e prejuízos à saúde causados por terceiros e pelo próprio Estado (AITH, 2010; DALLARI, 2010).

Buscar compreender os processos sociais e a realidade local, com suas vulnerabilidades, tensões políticas, história e costumes, possibilita atuar de forma mais eficiente nos processos de saúde da comunidade. A população atingida pela barragem sofre impactos específicos e, ao longo do tempo, as consequências do crime-desastre se acumulam. Como apontam Santos, Carvalho e Penido (2021), mudanças de rotina, assimetria nos

---

<sup>2</sup>Em março de 2016 foi firmado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton com a União, Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos públicos, que define o escopo de atuação da Fundação Renova. Mais informações em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>.

processos de negociação, adiamentos de prazos nas entregas dos reassentamentos e descumprimentos de acordos judiciais por parte da empresa, entre outros, seguem marcando a vida dos atingidos. Lançar o olhar sobre essas implicações nos possibilita legitimar, por meio das lutas por direitos das comunidades, seu sofrimento; entendendo que é necessário propor ações que não reduzam suas vivências em decorrência de processos sociais e políticos à perspectiva de adoecimentos individuais.

No campo do direito à saúde, a prefeitura municipal de Mariana ofereceu respostas a partir das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque no presente projeto de intervenção, à criação de uma equipe específica para acompanhamento em saúde mental dos atingidos pela barragem de Fundão, que será descrita nos capítulos seguintes, o Conviver.

## 2 JUSTIFICATIVA

Após o rompimento da barragem de Fundão, foram ofertados os primeiros cuidados em saúde mental pela equipe do município e, concomitantemente, foi necessário desenvolver um plano de ação em saúde mental com estratégias e ações a médio e longo prazo, que possibilitou a contratação de uma equipe de profissionais, como apontam Santos e Ribeiro (2017). É necessário considerar o ineditismo de um desastre desse tipo e dessa magnitude e consequente pioneirismo na criação de uma equipe específica de saúde mental para o acompanhamento das pessoas e comunidades atingidas. Um fator fundamental nesse trabalho é a necessidade que seja reavaliado e reinventado constantemente, tanto por sua característica dinâmica, que exige sua adaptação ao contexto de cada fase vivenciada pelos atingidos, como para o fato de não haver referências e orientações prévias acerca do mesmo.

Atualmente, a equipe de profissionais do Conviver sente a necessidade de atualização do projeto, dadas as novas realidades vivenciadas pelos atingidos e pelas mudanças de atuação da equipe, considerando, inclusive, as necessidades impostas pela pandemia por Covid-19, iniciada em meados do mês de março de 2020, com reflexos ainda presentes no cotidiano de trabalho e na vida das pessoas<sup>3</sup>. Um fator que justifica a atualização do projeto é o andamento dos processos de reassentamentos das famílias que, apesar do atraso em relação à previsão inicial, começa a se desenhar e já provoca diversos impactos na vida das pessoas atingidas. Além disso, a previsão de novas mudanças nos territórios (geográfico e afetivo) das comunidades diretamente atingidas, bem como no município como um todo, aponta a necessidade do desenvolvimento de novas estratégias, considerando esse novo contexto que começa a se apresentar.

Diante desse cenário, justifica-se a escolha do tema, tendo como pano de fundo a perspectiva da Educação Permanente em Saúde (EPS), considerando a necessidade da participação ativa dos trabalhadores. Desse modo, o presente trabalho se configura na elaboração de uma proposta de intervenção com a equipe de trabalhadores do Conviver para a atualização do seu projeto clínico institucional.

---

<sup>3</sup>O Observatório Covid- 19 - Fundação Oswaldo Cruz reúne informações a respeito da Pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. Acesso em: 20 de out. de 2022

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Apresentar uma proposta participativa de reestruturação e atualização clínico institucional do Conviver, a partir da perspectiva da Educação Permanente em Saúde.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Descrever o contexto dos atingidos pela Barragem de Fundão quanto às necessidades atuais de Saúde Mental e Acompanhamento Psicossocial;

- Buscar a adequação da oferta do serviço pela Equipe Conviver, aliada às necessidades atuais observadas;

- Fomentar a discussão sobre a reestruturação da Equipe Conviver a partir dos reassentamentos das famílias atingidas pela Barragem de Fundão;

- Iniciar o planejamento das ofertas de ações em Saúde Mental e Acompanhamento Psicossocial a partir dos reassentamentos das famílias atingidas pela Barragem de Fundão.

## **4 DIALOGANDO COM A LITERATURA E COM O CONTEXTO**

### **4.1 A Educação Permanente em Saúde como estratégia para se repensar processos de trabalho do Conviver**

A escolha pela Educação permanente em saúde como referencial para este projeto se dá em diversas perspectivas, a começar pela própria proposta de intervenção, no trabalho e com os trabalhadores, com o intuito de reflexão para a construção de suas práticas. A apresentação da literatura foi inserida no contexto da equipe, tendo a autora como protagonista e espectadora do processo relatado, ou seja, não é possível, no momento da análise, afastar o olhar e a vivência de quem está inteiramente implicada com o objeto estudado.

O trabalho do Conviver traz o ineditismo como uma de suas características e se constrói no dia-a-dia, por meio de inspirações em outras experiências em emergências e desastres e de referenciais teóricos desse campo, aliadas aos princípios do SUS e da reforma psiquiátrica, mas, principalmente, pela prática da equipe, dos encontros entre seus profissionais e usuários do serviço, das tessituras no território e nas intercessões do trabalho em Rede. A formação constante dos trabalhadores é parte importante dos processos de trabalho.

Em mais de seis anos de atuação, o Conviver passou por diversas mudanças, tanto no contexto do público atendido, como na estrutura da própria equipe. A saída de profissionais, a diminuição do quadro dos mesmos, a entrada de outros, em momentos diferentes, sem o acúmulo do trabalho e das formações realizadas, mas com novos olhares e outras experiências, faz com que a dinâmica da capacitação para o trabalho mude constantemente. Como em uma colcha de retalhos, em que cada parte isolada possui sentidos restritos, mas o conjunto produz, às vezes com alguns remendos, uma identidade própria, com novos desenhos, essa construção é atravessada pelas tensões cotidianas. A equipe foi criada para atender a uma necessidade específica de uma população que passa por constantes violações de direitos e é nesse cenário que os trabalhadores precisam construir respostas.

A educação no trabalho insere-se, portanto, num contexto tenso, em que há possibilidade tanto de meramente reproduzir a tecnicidade e a normatividade do trabalho, como de configurar oportunidades de recomposição dos processos de trabalho, de modo que os trabalhadores da saúde possam reconhecer, negociar e

responder de forma mais pertinente às necessidades de saúde dos usuários e da população, buscando assegurar direitos e qualidade na prestação de serviço, na perspectiva do fortalecimento do SUS (PEDUZZI, M. *et al.*, 2009. p. 123).

Merhy e Feuerwerker afirmam que “uma informação ou experiência pedagógica somente produz sentido quando dialoga com toda a acumulação anterior que os trabalhadores trazem” (2011, p.8). Os autores ressaltam ainda que as chaves para a aprendizagem significativa são: “partir dos incômodos, dialogar com o acumulado e produzir sentido” (MERHY; FEUERWERKER, 2011, p. 8) Há práticas no Conviver que favorecem essa construção, como um horário protegido semanal para reunião de equipe, quando são discutidos os processos de trabalho, além de haver tomadas de decisão, discussões de casos, entre outras demandas, e mesmo a realização de grupos de estudos em alguns momentos. Recentemente, foi dado início à supervisão clínica institucional, em que a prefeitura contratou supervisores para cada serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A supervisão do Conviver se iniciou em julho de 2022 e este projeto de intervenção tem previsão de ser implementado em concomitância com a mesma.

Outra situação recorrente na equipe é que grande parte de seus membros buscam capacitação pessoal, como em cursos e eventos relacionados ao trabalho, especializações e mestrados, bem como participação em grupos e coletivos de discussão sobre temáticas afins. As capacitações, no entanto,

(...) não se mostram eficazes para possibilitar a incorporação de novos conceitos e princípios às práticas estabelecidas – tanto de gestão, como de atenção e de controle social – por trabalharem de maneira descontextualizada e se basearem principalmente na transmissão de conhecimentos. A Educação Permanente em Saúde pode ser orientadora das iniciativas de desenvolvimento dos profissionais e das estratégias de transformação das práticas de saúde (CECCIM, 2005. p. 165).

A perspectiva da Educação Permanente em Saúde possibilita lançar o olhar sobre a necessidade da educação no trabalho ser pautada na análise coletiva dos problemas na prática, por meio de suas questões cotidianas. Como ensinam novamente Merhy e Feuerwerker, “a vivência e a reflexão sobre as práticas são as que podem produzir incômodos e a disposição para se produzir alternativas de práticas e conceitos, para enfrentar os desafios das transformações” (MERHY; FEUERWERKER, 2011. p. 8). Tal concepção pode ser trazida para a realidade do Conviver, uma vez que a percepção dos trabalhadores é de que o trabalho realizado não tem apresentando os resultados de outrora, o que faz com que a equipe se mobilize para gerar mudanças. Vale lembrar, entretanto, que é preciso que sejam considerados, tanto o cenário atual, após terem se passado mais de dois anos do início da

pandemia de COVID-19, como os contextos vivenciados pelos atingidos pela barragem de Fundão e seus processos de reparação e reassentamentos e, ainda, as características da própria equipe e como esta se configura, seus incômodos e seus desejos. Dessa forma, “abrir um movimento que procure reconhecer esses acontecimentos, torná-los visíveis, pode ser uma boa aposta para mudar o eixo dos processos de formação e capacitação no campo da saúde” (MERHY, 2015. p. 10).

Embora já existissem indícios dos incômodos experimentados pelos trabalhadores do Conviver e o surgimento de algumas discussões nas reuniões da equipe, as mudanças na atuação pareciam não caminhar e, por diversos momentos, o relato da sensação de estagnação ou de repetição dos problemas surgiu nas conversas entre os profissionais. Ceccim (2005) destaca que a detecção e o contato com esse tipo de desconforto são condições indispensáveis para a decisão pela mudança ou incorporação de novos conceitos e elementos à prática do trabalho. A proposta de intervenção com o pano de fundo inserido nos pressupostos da Educação Permanente em Saúde pode possibilitar lançar a atenção sobre os problemas percebidos e a construção de leituras e intervenção sobre o contexto, levando em conta não apenas os saberes técnicos dos trabalhadores, mas a possibilidade de se perceberem como agentes ativos nessa transformação.

Paralelamente, Merhy (2005) confirma a indissociabilidade entre educação em saúde e trabalho em saúde “com efeitos fundamentais, tanto para a construção da competência do trabalhador, quanto para a expressão de seu lugar enquanto sujeito ético-político produtor de cuidado, que impacta o modo de viver de um outro, material e subjetivamente constituído” (MERHY, 2005. p.172). Perceber-se como agente produtor de cuidado, especialmente no contexto de violações de direitos das pessoas atingidas pela barragem, é fator fundamental para os trabalhadores do Conviver. Ainda, trabalhar com pessoas e os aspectos subjetivos produzidos pelos determinantes sociais convoca, a todo instante, os trabalhadores a reconhecerem também o seu lugar social.

Por fim, Ceccim apresenta a Educação Permanente em Saúde como um desafio ambicioso e necessário, pois

(...) tanto a incorporação crítica de tecnologias materiais, como a eficácia da clínica produzida, os padrões de escuta, as relações estabelecidas com os usuários e entre os profissionais representam a captura da Educação Permanente em Saúde e, por conseguinte, dos processos de mudança (CECCIM, 2005. p.167).

Assim, a proposta de intervenção na realidade de trabalho da equipe do Conviver é um convite a lançar-se aos desafios de promover cuidado, gerar transformação social, reinventar-se como agente social e produzir saberes em decorrência da prática, por meio da construção coletiva.

## **4.2 Conhecendo o cenário de Mariana**

Mariana é um município que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, possui uma população estimada de 61.830 pessoas. Sua extensão territorial é de 1.194,208 km<sup>2</sup> e sua área rural ocupa a maior parte em relação à sede urbana, predominando distâncias importantes de deslocamento entre suas localidades. A forma como se distribui o território resulta em características marcantes nos modos de vida de suas populações.

De acordo com a Enciclopédia dos municípios brasileiros, Mariana “foi a primeira entre as cidades surgidas por efeito das expedições de bandeirantes paulistas, que a partir da última década do século XVII, demandaram as Minas Gerais” (IBGE, 1959). A exploração mineral está presente na fundação do município e permanece nos dias de hoje. De acordo com Barbosa (2018, p.41), “o fato de Mariana possuir a mineração como principal fonte de arrecadação, faz com que ela se torne dependente da atividade”. Essa dependência gerou fortes impactos com o rompimento da barragem de Fundão, tanto em aspectos econômicos, como sociais.

Para atender às necessidades advindas do rompimento da barragem, foi necessário realizar modificações nas políticas públicas, com destaque à educação, assistência social e saúde. Tanto as questões de locais de funcionamento, infraestrutura, criação de novos serviços e equipamentos, como a oferta de atenção e cuidados, que não faziam parte do cotidiano das políticas públicas do município, precisaram de respostas rápidas, e necessitam de adequações constantes, visto que o contexto continua a se modificar nesses sete anos, sem previsão de estabilidade.

Na Rede de Atenção à Saúde (RAS), Carvalho (2021) aponta a criação de um ambulatório de saúde para atender os atingidos, formado por uma equipe multiprofissional, que foi indispensável tanto para a oferta de cuidados, como para a reconstrução do histórico clínico das pessoas deslocadas, contando com a contribuição de profissionais que já atuavam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) que foram destruídas pela lama. O referido espaço veio

a se tornar a UBS de Bento Rodrigues e Paracatu, instalada na Sede urbana do município, que passou a ser referência para os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que passaram a viver em casas alugadas pela Samarco (posteriormente pela Fundação Renova), após o desaparecimento dos distritos. A UBS tornou-se um importante espaço de referência para os atingidos que, devido ao deslocamento forçado de seus territórios, foram realocados de forma dispersa em um contexto com fortes diferenças de seus modos de vida.

Como suporte em saúde mental, inicialmente, foi implementada uma escala de plantão, formada pelos profissionais da rede pública municipal, que atendiam no ambulatório mencionado. Rapidamente, tornou-se evidente para a Gestão a defasagem nos serviços públicos existentes devido ao deslocamento desses profissionais, reforçando a necessidade do fortalecimento da rede, por meio de novas contratações. Estava claro para os gestores, no entanto, que essa nova necessidade se apresentava em decorrência das especificidades do contexto do crime-desastre, que afetou também a rede pública (CARVALHO, 2021). Havia um tensionamento sobre a configuração para esse suporte à RAPS e, em meio a conflitos e incompreensões a respeito das estratégias desenvolvidas, foi elaborado o “Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde após o Rompimento da Barragem de Rejeitos da Samarco em Bento Rodrigues, Mariana-MG” que previa, entre outras ações voltadas para a saúde, a criação de uma equipe de suporte em saúde mental, estruturada em janeiro de 2016 (MARIANA, 2019).

### **4.3 A equipe Conviver**

Conforme discutido ao longo deste trabalho, em face do crime-desastre iniciado a partir do rompimento da barragem em Mariana, muitos foram os impactos provocados. Santos e Ribeiro (2017) apontam os desafios que os atores envolvidos nas respostas precisam enfrentar:

(...) além da perda de vidas, o desaparecimento e o desalojamento de comunidades inteiras, com a consequente desagregação e ruptura de seus vínculos sociais, destruição das áreas agrícolas e de preservação permanente, mortandade da biodiversidade aquática e terrestre, assoreamento de cursos d’água e tantos outros impactos ainda incalculáveis (SANTOS; RIBEIRO, 2017 p.186).

Em meio ao suporte prestado aos atingidos pela barragem nos primeiros dias do período emergencial, era necessário pensar as ações a curto e médio prazos. A equipe da RAPS de Mariana ofertava os primeiros cuidados com a clareza da importância de que o

planejamento e oferta da atenção deveriam ser realizados pela política pública do município em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, considerando o fato de haver um ente privado responsável pelo desastre, que deveria ser responsabilizado. Como relatam novamente Santos e Ribeiro:

Após um período de negociação com a Samarco, para que o plano de ação em saúde mental começasse a ser colocado em prática efetivamente, houve a contratação de profissionais pela empresa, porém a administração e a responsabilidade pela atuação e a orientação das ações a serem desenvolvidas por esses profissionais ficou por conta da gestão pública municipal (SANTOS; RIBEIRO, 2017, p.193).

Dessa forma, a empresa foi responsabilizada pelos custos financeiros e o poder público, pela oferta de serviços. Nesse contexto, “foi construída uma equipe responsável pelo estabelecimento de ações em saúde mental (...), com o objetivo de auxiliar na inserção e na adaptação a esse novo meio e de prevenir o surgimento de casos novos de tratamento da saúde mental” (SANTOS; RIBEIRO, 2017, p.194-195). As primeiras contratações se iniciaram ainda em dezembro de 2015 e a equipe foi concluída em sua formação inicial em janeiro de 2016, com diferentes profissionais, sendo estes, assistente social, oficinairos, psicólogos, psiquiatra e terapeutas ocupacionais. Pouco mais de um ano após o início de sua atuação e já com algumas mudanças em relação à sua formação inicial, Conviver foi o nome dado à equipe de saúde mental criada especificamente para o acompanhamento dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, “nome escolhido e votado coletivamente pelos trabalhadores para dar uma cara para este trabalho à época ainda muito disforme, pela característica inédita e delicada do que ele ainda o é” (CARVALHO, 2021, p.106).

Passados pouco mais de dois meses do rompimento da barragem, o cenário para os atingidos já havia sofrido novas mudanças, sendo que quase todos haviam sido transferidos dos hotéis em que foram alojados para casas com os aluguéis custeados pela empresa, principalmente na Sede de Mariana, diante da impossibilidade de retorno às suas antigas casas. Esse contexto trouxe consigo consequências que provocam, ainda nos dias atuais, fortes impactos nos modos de vida dos mesmos. Destaca-se a transição da área rural para urbana, em casas que não possibilitaram manter seus costumes cotidianos a distribuição no território, pela qual não foi possível preservar os laços de vizinhança; o distanciamento entre parentes e a adaptação ao novo território, de forma abrupta e forçada. Santos, Sol e Modena (2020) atentam para a desterritorialização como desenraizamento, capaz de gerar a perda de autonomia e a exclusão social devido ao enfraquecimento das identidades territoriais.

A equipe Conviver iniciou seus trabalhos nesse cenário, com grande ênfase em ações territoriais: Ir até as pessoas, conhecer suas novas moradias, bem como suas histórias, com a finalidade de acolhê-las nesse novo momento e perceber suas necessidades e demandas, para planejar as ações de suporte psicossocial. Ressalta-se que a análise do contexto, planejamentos e intervenções estão presentes e caminham em conjunto no trabalho do Conviver desde sua criação. Considerando o caráter dinâmico dos impactos provocados na vida das pessoas atingidas, a oferta dos serviços do Conviver passa por modificações constantes, na tentativa de adequar às necessidades observadas. Como base de análise, tomo dois referenciais para observar algumas mudanças já promovidas na equipe: o Plano de Ação em Saúde Mental<sup>4</sup> (Anexo 1), elaborado em dezembro de 2015, e o Relatório de Estruturação Clínico Institucional do “Conviver” no Município de Mariana/MG (Anexo 2), relatório mais recente produzido pelo Conviver, em 2019.

O Plano de Ação em Saúde Mental apresenta destaque nas ações a serem desenvolvidas em todo o âmbito da saúde mental do município. Reforço aqui que a construção do plano foi baseada em previsões dos possíveis impactos, tanto para os cidadãos atingidos, como para a rede municipal de saúde mental. Dessa forma, destacam-se os atendimentos ambulatoriais às pessoas atingidas; o suporte matricial em saúde mental às equipes de saúde da família mais impactadas pelo processo de realojamento das famílias; o suporte às equipes dos dispositivos de referência da RAPS do município; a criação e condução de grupos terapêuticos e oficinas em espaços intersetoriais para as vítimas do desastre; as intervenções e suporte psicossocial no contexto das escolas das comunidades atingidas; o atendimento e suporte psicossocial aos trabalhadores e cuidadores envolvidos no atendimento às vítimas do rompimento da barragem e a capacitação e educação permanente dos profissionais envolvidos (MARIANA, 2016).

Com a chegada dos novos profissionais e o início dos trabalhos, as ações previstas foram tomando corpo na realidade concreta. As ações específicas para os atingidos pela barragem desenham a atuação de uma equipe, que se configura com uma identidade e objetivos próprios. O Relatório de Estruturação Clínico Institucional do “Conviver”, de 2019, já não descreve as ações dispersas como centro, mas a descrição de um projeto especificamente voltado para as pessoas atingidas pela barragem de Fundão, com destaque para as necessidades dessa população já delineadas a partir da própria prática da equipe.

---

<sup>4</sup>A fim de apresentar uma proposta de acompanhamento em saúde mental da população atingida pela Barragem de Fundão, foi elaborado um plano de ação com o objetivo de traçar as estratégias de assistência a médio e longo prazo, bem como de justificar a necessidade de contratação de profissionais e infraestrutura.

Apresenta como principais dispositivos de cuidado ofertados pelo Conviver: atendimentos individuais; atendimentos domiciliares; acompanhamentos terapêuticos, visitas domiciliares e buscas ativas, atividades coletivas e oficinas terapêuticas, além de articulações com as redes intra e intersetoriais e o matriciamento em saúde mental da equipe da UBS Bento/Paracatu. As intervenções e suporte psicossocial no contexto escolar passaram a integrar as ações de rede intersetorial, através de parceria com as Escolas Municipais de Bento Rodrigues e a de Paracatu de Baixo. O atendimento e suporte psicossocial aos trabalhadores e cuidadores envolvidos no atendimento às vítimas do rompimento da barragem foi extinto (CONVIVER, 2019).

Um marco importante para o Conviver diz respeito à inauguração de uma “casa”, espaço de referência para a equipe e de cuidados para a população atingida. Pensado inicialmente para ser um trabalho itinerante, os trabalhadores não contavam com espaço físico. Essa reivindicação passou a ser uma pauta importante para a equipe e, em setembro de 2019, a casa do Conviver foi inaugurada.<sup>5</sup>

É possível perceber a necessidade de modificação na estrutura e oferta de cuidados em saúde às populações atingidas a partir dos dois documentos apresentados e, agora, não é diferente. É importante demarcar que, da elaboração do relatório mais recente até o presente momento, teve início a pandemia de Covid-19, em março de 2020, convocando a equipe a adaptar suas funções e elaborar novas estratégias impostas pelo contexto pandêmico. Outro aspecto importante para a população atingida se dá pelo reassentamento das famílias que sofreram deslocamento forçado, que começa a se configurar em novos territórios, com destaque para a construção de dois reassentamentos coletivos: Novo Bento Rodrigues e Nova Paracatu.<sup>6</sup> Ao longo dos anos a equipe também passou por modificações em sua estrutura, tanto em redução no número de profissionais, como na rotatividade dos mesmos, sendo que, atualmente, a equipe é composta em parte por profissionais que estão desde o início dos trabalhos e também por profissionais que passaram a integrar a equipe em diferentes momentos.

Novos lugares sociais precisam ser construídos pelas pessoas atingidas, atravessados pelas mudanças cotidianas e marcados em suas vivências subjetivas, familiares, comunitárias

---

<sup>5</sup>ALMEIDA, D. Conviver ganhará sede em Mariana a partir desta segunda-feira, 2. *Prefeitura de Mariana*, Notícias, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5533/conviver-ganhara-sede-em-mariana-a-partir-dessa-segunda-feira-2>. Acesso em 01 dez. 2022.

<sup>6</sup>Para maiores informações a respeito dos reassentamentos, acesse: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/>.

e sociais. Dessa forma, a atuação do Conviver caminha lado a lado com os atingidos, em um terreno instável, em que passado, presente e futuro se misturam. Entre perdas e conquistas, a equipe Conviver caminha se reinventando: olhando o passado, pensando sobre o presente e projetando o futuro. Nasce como uma resposta inovadora nos cenários de desastres do país e precisa se inovar em um cotidiano de instabilidades.

## 5 METODOLOGIA

A Educação Permanente em Saúde permeia todo o projeto de intervenção aqui proposto, tanto como embasamento teórico, como na leitura de realidade, elaboração dos encontros e objetivos a serem alcançados. Aliadas aos pressupostos da EPS, foram utilizadas para a construção da proposta de intervenção, as perspectivas das Oficinas em Dinâmicas de Grupos, uma vez que a equipe Conviver se constitui “um conjunto de pessoas unidas entre si porque se colocam objetivos e/ou ideais em comum e se reconhecem interligadas por esses objetivos e/ou ideais” (AFONSO, 2019, p.27). O formato de oficinas se mostra estratégico, pois possibilita a organização das discussões “em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social”, no caso do projeto de intervenção aqui apresentado, a reestruturação Clínico Institucional do Conviver (AFONSO, op. cit., p. 67).

A compreensão sobre a intervenção que se apresenta torna-se imprescindível para alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, foram considerados alguns aspectos a fim de elaborar os encontros em que serão apresentadas as tarefas construídas no desenvolvimento do projeto de intervenção. Nesse sentido, faz-se importante para a equipe do Conviver

(...) conhecer crenças, ideias, e sentimentos de seus membros visando a reflexão e mudança, estimulando novas aprendizagens em sua realidade, como realidade compartilhada no contexto sociocultural, bem como estimulando a operatividade, autonomia e mobilização dos participantes (AFONSO, 2019, p. 62).

No trabalho proposto ao Conviver, o foco possui correlação com o objetivo geral do projeto de intervenção. A descrição como *grupo operativo* apresenta profunda concordância com a ideia da Educação Permanente em Saúde, visto que:

Nesses *grupos operativos*, há que se incentivar a comunicação entre os pares, a criatividade e autonomia do grupo e dos participantes, mais comprometimento pessoal e interpessoal no enfrentamento de dada problemática, especialmente quando influenciada por fatores sociais, culturais e psíquicos, exigindo a mudança não apenas de mentalidades, mas também das práticas e das relações que os participantes desenvolvem em seu cotidiano. (AFONSO, 2019, p. 62-63).

No âmbito do trabalho em saúde, as Oficinas se apresentam como um potente recurso para aprofundar na busca por mudanças nos processos de trabalho, aliadas ao contexto e com reflexão crítica, sem deixar de considerar os aspectos das dinâmicas grupais. Essa perspectiva corrobora com a provocação de Ceccim e Ferla (2008), em que defendem a necessidade de “pensar a Educação Permanente em Saúde como processo de formação, acionador de

movimentos de estranhamento, de desacomodação, de ‘perguntação’ e de implicação, potência para um coletivo diferir de si mesmo e de dobrar novas práticas” (CECCIM; FERLA, 2008, p. 11). O movimento é característico da atuação em saúde, uma vez que a realidade é dinâmica e impulsiona às mudanças e adaptações do cotidiano de trabalho.

Por fim, para a construção do projeto de intervenção, foi escolhido estruturar um número definido de encontros, com as temáticas previamente escolhidas e detalhamento de cada encontro e de técnicas utilizadas em cada um deles, a partir da leitura cotidiana do serviço. Esse modelo é definido por Afonso (2019) como planejamento global, que possibilita uma visão mais integral do trabalho. No entanto, para não recair em uma rigidez, será adotado um planejamento flexível, em que é possível, ao longo da execução da oficina, estar atento ao grupo, fluir com o mesmo, promovendo modificações no planejamento anterior, adequando aos interesses e respostas do grupo.

Tendo em vista o perfil multidisciplinar da Conviver e da variedade de carga e horários de trabalho (Quadro 1), com alguns dos profissionais dividindo sua jornada com outras atuações dentro do campo da saúde mental no município, os encontros propostos serão realizados durante as reuniões semanais da equipe. Vale destacar que, apesar de a rotatividade dos trabalhadores ser baixa, algum profissional pode se ausentar em momentos de férias ou outra situação que porventura possa ocorrer. Estão previstos sete encontros (a serem agendados de acordo com a disponibilidade do grupo) para o desenvolvimento do projeto.

**Quadro 1** – Quantidade de profissionais da equipe Conviver, segundo formação e carga horária de trabalho semanal, Mariana, 2022.

<b>Quantidade de profissionais</b>	<b>Formação</b>	<b>Carga horária semanal no Conviver</b>
1	Assistente social	30 horas
1	Educadora social	12 horas
1	Psicóloga	30 horas
1	Psicóloga	22 horas
1	Psicóloga	18 horas
1	Psicólogo	30 horas
1	Psiquiatra	8 horas
1	Terapeuta ocupacional	16 horas
1	Terapeuta ocupacional	30 horas
1	Terapeuta ocupacional	30 horas

## 6 A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os encontros propostos na intervenção acontecerão na casa sede do Conviver. A fim de destacar o momento da intervenção, diferenciando do cotidiano de trabalho e proporcionando um ambiente que favoreça as reflexões e discussões propostas, a sala será preparada buscando torná-la acolhedora. Além disso, será proposta a realização de um lanche coletivo em cada encontro e, ao início de cada dia, um dos profissionais irá conduzir um momento de relaxamento.

A seguir, será descrito o fluxo dos encontros, com seus respectivos temas e objetivos. A estrutura de cada reunião contará com três momentos básicos: sensibilização, seguida de reflexão e aprofundamento do tema e conclusão com avaliação e/ou síntese, conforme propõe Afonso (2019). Cada encontro terá duração média de duas horas, com exceção do último, que contará com um momento de confraternização e poderá ultrapassar esse limite de tempo.

Todos os encontros serão gravados e fotografados, mediante autorização dos participantes, por meio da assinatura de um Termo de Consentimento (Apêndice 1), e de um Termo de Uso da Imagem (Apêndice 2), com a finalidade de facilitar os registros e elaboração de relatórios posteriores. Aos participantes serão assegurados o sigilo e a proteção à imagem, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 2018.<sup>7</sup>

### 6.1 Planejamento dos encontros

#### 6.1.1 Primeiro encontro

- Tema: A Educação Permanente em Saúde no cotidiano do trabalho.
- Objetivo:
  - Identificar o trabalho desenvolvido aos pressupostos da EPS, a fim de potencializar a formação e prática da equipe.
- Procedimentos:
  - Apresentação do projeto de intervenção: Como surge, quais os objetivos e

---

<sup>7</sup>BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 ago. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm)>. Acesso em 03 dez. 2022.

proposta do trabalho em grupo. Mobilização à participação da equipe.

- Conceituando a EPS:
  - A equipe será dividida em dois grupos. Um dos grupos irá elaborar um conceito e descrever características para: **Educação Continuada**. O outro grupo fará o mesmo para: **Educação Permanente em Saúde**.
  - A atividade será apresentada pelos grupos, sendo problematizados os conceitos das duas metodologias, em que sentido se diferem e quais as interseções possíveis.
- Avaliação e síntese do encontro:
  - A partir das apresentações e discussões realizadas o grupo irá construir, de forma coletiva, um quadro comparativo entre Educação Continuada e Educação Permanente em Saúde, conforme o modelo a seguir:

**Quadro 2** – Proposta de quadro comparativo entre Educação Continuada e Educação Permanente em saúde, Mariana, 2022.

Características	Metodologia	
	<i>Educação Continuada</i>	<i>Educação Permanente em Saúde</i>
Conceito		
Objetivos		
Público-alvo		
Potencialidades		
Desafios		
Interseções		

### 6.1.2 Segundo encontro

- Tema: Conhecendo o trajeto para continuar a caminhada.
- Objetivos:

- Proporcionar que todos os profissionais conheçam e tenham clareza dos planos de trabalho e relatórios clínicos institucionais escritos do Conviver, independente do momento em que começaram a fazer parte da equipe.
  - Apresentar e discutir os diferentes momentos vivenciados pela equipe, considerando o contexto de cada fase.
  - Debater as ações já realizadas, identificando-se as que se mantêm e as que não são mais desenvolvidas.
- Procedimentos:
    - Apresentação: os participantes se reunirão em duplas e cada um irá partilhar com o outro como foi o contexto e o período em que iniciou seu trabalho no Conviver. No grupo geral, cada integrante das duplas irá apresentar o colega, a partir do que foi compartilhado.
    - Divisão da equipe em dois grupos: Um irá fazer a leitura e análise do “Plano de Ação da Saúde Mental” (Anexo 1), desenvolvido para organizar a oferta de cuidados psicossociais aos atingidos, logo após o rompimento da Barragem de Fundão. O segundo grupo irá analisar o “Relatório Estruturação Clínico Institucional do ‘Conviver’ no município de Mariana/MG” realizado no ano de 2019 (Anexo 2).
    - Apresentação geral: Os dois grupos irão apresentar os documentos analisados para o grupo geral. Será realizada a discussão sobre os aspectos observados, tendo em vista a diferença da estrutura da equipe e das atividades ao longo do tempo, como estas se relacionam ao contexto apresentado em cada momento e quais elementos continuam presentes.
  - Avaliação e síntese do encontro:
    - Após a discussão, o grupo irá eleger alguma questão/problema que se mostra presente em todas as fases do trabalho da equipe, até os dias atuais. A questão eleita será utilizada nos próximos encontros.

### *6.1.3 Terceiro encontro*

- Tema: Em que ponto estamos?

- **Objetivos:**
  - Avaliar o contexto atual do público atendido pelo Conviver, quais são os principais problemas enfrentados pelo mesmo e de quais formas isso pode afetar sua saúde mental;
  - Identificar dificuldades e potencialidades de atuação do Conviver nesse contexto;
  - Pensar em possíveis formas de atuar na tentativa de superar ou minimizar os impactos à saúde mental dos atingidos, a partir do trabalho ofertado pelo Conviver.
  
- **Procedimentos:**
  - Apresentação: Cada participante irá escrever, em duas tiras de papel distintas, uma questão que avalia positivamente no trabalho da equipe e um ponto que considera que seja necessário melhorar. Depois, cada um irá ler o que escreveu e fixar em um cartaz na parede.
  - Árvore dos problemas: Será apresentada ao grupo a imagem de uma árvore, a qual será construída baseada na questão eleita pelo grupo no encontro anterior. O grupo será orientado a colocar a questão no tronco da árvore em formato de problema, cujas possíveis causas serão discutidas e colocadas rente à raiz da árvore. Em seguida, deverão ser debatidas as possíveis consequências advindas do problema em questão e estas serão descritas próximas às folhas da árvore.
  - Apreciação: Com a árvore pronta, o grupo irá avaliar se o que está descrito condiz com a realidade observada. O grupo será indagado a responder se/quais pontos apresentados são passíveis da atuação do Conviver.
  
- **Avaliação e síntese do encontro:**
  - Cada pessoa do grupo deverá dizer um sentimento suscitado com base na atividade realizada e de que forma isso a mobiliza ou desmobiliza para o trabalho.

#### *6.1.4 Quarto encontro*

- Tema: Aonde queremos chegar?
  
- Objetivos:
  - A partir das reflexões realizadas no encontro anterior, refletir sobre o movimento da equipe, que vivencia contextos instáveis e requer ações que acompanhem as mudanças cotidianas. Construir uma metodologia de trabalho com base em uma questão levantada.
  
- Procedimentos:
  - Apresentação: Serão retomadas as fichas produzidas no encontro anterior, nas quais estarão escritos pontos que os integrantes consideram que a equipe precisa melhorar. Em seguida, será solicitado que cada colega escolha uma das fichas e aponte alguém da equipe (sem repetir os nomes) que possui uma habilidade (e dizer qual) que possa ser importante para a melhoria da questão pontuada.
  - Árvore Conviver: No próximo momento, será retomada a árvore de problemas, construída no encontro anterior e será apresentada a imagem de uma nova árvore, que dá a ideia de vida, movimento (Figura 1).



Fonte: Arquivo do Conviver, 2019.<sup>8</sup>

**Figura 1** - Árvore do Conviver, Mariana, 2019.

- Propostas: A partir do problema descrito pelo grupo no encontro anterior, será construída uma proposta para a superação ou modificação da questão. O grupo será orientado a descrever um objetivo a ser trabalhado, que será colocado ao lado do tronco da árvore. Em seguida, próximo às raízes da árvore, serão descritas as possíveis intervenções para alcançar o objetivo traçado. Por último, na altura das folhas da árvore, serão descritos os impactos, ou efeitos que podem ser gerados em decorrência das intervenções pensadas.
  - Apreciação: Ao verificar a árvore pronta, o grupo irá avaliar se o que está descrito na mesma se apresenta de forma coerente e factível, além de propor algum meio para partir para a ação.
- 
- Avaliação e síntese do encontro:
    - O grupo irá refletir, brevemente, se as atividades das árvores foram capazes de

---

<sup>8</sup>A imagem que será utilizada nesse momento é da árvore construída na intervenção com a comunidade na inauguração da casa do Conviver em 2019 e que, devido à representação afetiva contida, tornou-se símbolo do trabalho do Conviver.

clarear os objetivos do grupo e se poderão ser úteis para a análise de outros problemas e formulações de novas intervenções.

- Para finalizar, cada participante receberá uma mãozinha de papel, onde irá escrever a habilidade que lhe foi atribuída pelo colega no início do encontro e, em seguida, colar ao redor da árvore construída.

#### 6.1.5 Quinto encontro

- Tema: Perspectivas futuras: Reassentamentos
- Objetivos:
  - Reunir informações sobre as novas configurações territoriais dos atingidos pela Barragem de Fundão, considerando a perspectiva de nova mudança de território das famílias atendidas a partir dos reassentamentos, a fim de elaborar projetos de atuação e configurações futuras do trabalho do Conviver.
- Procedimentos:
  - Apresentação: Serão apresentados à equipe dados relativos aos reassentamentos das famílias atingidas no território de Mariana. As informações serão previamente levantadas com a Fundação Renova,<sup>9</sup> que é responsável pelas ações de reparação e compensação para os atingidos pela Barragem de Fundão, por meio de solicitação via ofício e do site da instituição. Entre as informações apresentadas, deverão conter:

- Número de famílias que serão reassentadas no Novo Bento Rodrigues;
- Número de famílias que serão reassentadas na Nova Paracatu;
- Lista de famílias que já estão em reassentamentos familiares em outras localidades fora dos reassentamentos coletivos, com os respectivos endereços;
- Lista de famílias que ainda irão para reassentamentos familiares, se possível, com a indicação da localidade onde irão residir após reassentamento;
- Dados a respeito dos reassentamentos, como: equipamentos públicos e espaços de lazer disponíveis, entre outros.

---

<sup>9</sup>Mais informações sobre a Fundação Renova em: <https://www.fundacaorenova.org/>.

- Mapa território: No próximo momento, será proposta a elaboração, de forma coletiva pela equipe, de um mapa (provavelmente do reassentamento do Novo Bento Rodrigues, que está com as obras mais adiantadas, em relação à Nova Paracatu), no qual as informações levantadas serão inseridas/desenhadas. Em seguida, todos deverão conversar sobre o desenho realizado e como foi a elaboração do mesmo.
- Será solicitado que a equipe aponte onde ficará localizado o trabalho do Conviver. Será problematizado sobre como o Conviver poderá se (re)constituir a partir dos reassentamentos, tanto em relação à estrutura, localização(ões) geográfica(s), modelo de atuação/intervenções, entre outros.
- Avaliação e síntese do encontro:
  - Nesse momento, será solicitado que o grupo compartilhe sobre os sentimentos presentes na construção da atividade do dia, como cada um se percebe no trabalho da forma que foi desenhado, como é pensar na equipe e no futuro do trabalho.

#### *6.1.6 Sexto encontro*

- Tema: Atenção Psicossocial e Saúde Mental pós-reassentamentos: Primeiras conversas
- Objetivos:
  - Levar a equipe a refletir sobre possíveis necessidades dos atingidos pela Barragem de Fundão após os reassentamentos e as possibilidades de atuação na atenção psicossocial e em saúde mental nesse contexto. Iniciar as conversas sobre projetos de intervenção, considerando o período de transição para os reassentamentos e após as mudanças das pessoas atingidas para suas novas casas.
- Procedimentos:
  - Apresentação: Será realizada uma “chuva de ideias”, em que os participantes

irão escrever possíveis impactos para a população atingida pela barragem de Fundão após os assentamentos. É importante que todos escrevam e que seja listado o máximo de ideias.

- Em seguida, será solicitado que os impactos listados sejam divididos por categorias definidas pelos participantes. Para a divisão, será buscado o consenso.
- Considerando as categorias definidas, o grupo será levado a identificar a quais categorias o Conviver se liga e tem possibilidade de atuar.
- A partir da identificação das possíveis categorias de atuação, poderão ser listadas as principais atividades a serem desenvolvidas que podem compor a atuação em saúde mental e atenção psicossocial.
- Perguntas que poderão orientar a reflexão:

- Onde o trabalho seria desenvolvido?
- Qual seria o local de referência para os profissionais?
- Quantos e quais profissionais seriam necessários para desenvolver os trabalhos?
- Qual a frequência e carga horária necessária para os profissionais?

- Avaliação e síntese do encontro:

- Os participantes irão partilhar sobre como cada um se identifica com o que o grupo elaborou no dia.
- Algumas perguntas orientadoras:

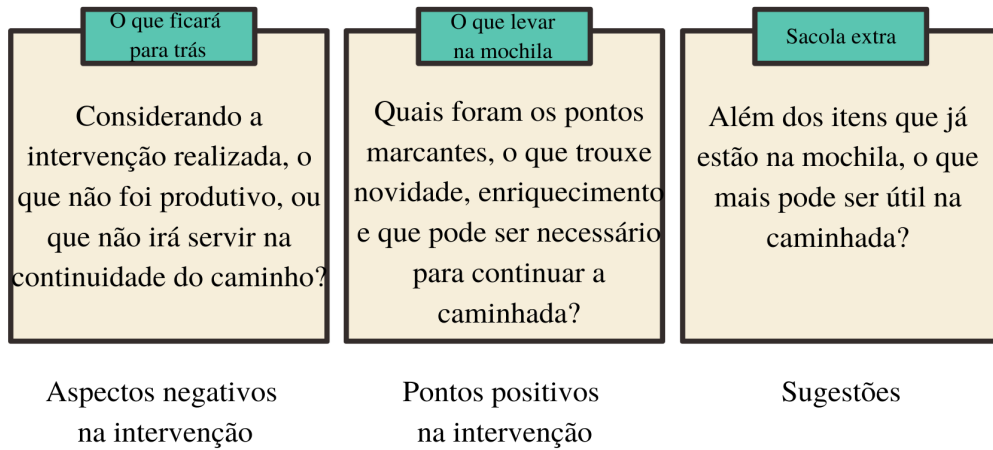
- Sente-se contemplado no que foi proposto?
- Percebe a possibilidade de atuação da sua profissão?
- Imagina-se realizando esse trabalho?
- Sente-se motivado para essa atuação?
- Há algo que gostaria de acrescentar, que não foi contemplado até aqui?

### 6.1.7 Sétimo encontro

- Tema: Avaliação: ponto de chegada ou ponto de partida?
  
- Objetivos:
  - Avaliar o projeto de intervenção.
  - Refletir sobre o processo; sobre os resultados positivos obtidos; sobre o que não acrescentou ao trabalho e aquilo que foi negativo, considerando a EPS como pano de fundo e que não há apenas uma forma de que a mesma seja potencializada e desenvolvida. Importante destacar que, como a intenção do projeto de intervenção não é fechar as possibilidades, mas traçar caminhos, as sugestões para a continuidade da caminhada fecharão a intervenção para que se busque novos pontos de chegada.
  
- Procedimentos:
  - Apresentação: Será realizada com o grupo uma breve retomada dos encontros realizados: temas, momentos marcantes e sínteses dos encontros, com o objetivo de relembrar o processo e realizar a avaliação do mesmo.
  - O grupo deverá imaginar que irá fazer uma caminhada coletiva. Para isso, será necessário pensar o que levar. Serão colocadas três caixas, em que cada um deverá colocar papéis escritos, de acordo com algumas orientações (Figura 2).
  - Será feita a leitura e discussão, com o grupo, das avaliações realizadas.
  
- Avaliação e síntese do encontro:
  - Será apresentada à equipe a sugestão-proposta de elaborar, por escrito, um novo relatório de trabalho do Conviver e de um plano de atuação pós-reassentamentos a ser apresentado para a Secretaria Municipal de Saúde, baseados nas construções feitas durante a intervenção.
  - “Dar e receber”: Como finalização dos encontros da intervenção, em círculo, os participantes se darão as mãos, de modo que a direita fique com a palma virada para cima e a esquerda, para baixo. Cada um irá “oferecer” para o colega da esquerda, algo que possui que poderá ajudar ao longo da caminhada.

Este “recebe” a ajuda e oferece algo ao próximo colega da esquerda e assim sucessivamente, até fechar o círculo.

- Ao final, será realizado um lanche de confraternização.



**Figura 2** - Conteúdo das caixas de avaliação da intervenção.

## 6.2 Cronograma

1º Semestre 2023	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Primeiro encontro	X			
Segundo encontro		X		
Terceiro encontro		X		
Quarto encontro			X	
Quinto encontro			X	
Sexto encontro				X
Sétimo encontro				X

## 6.3 Recursos necessários

Para a realização da intervenção, serão utilizados materiais como folhas, impressões, canetas, fitas adesivas, papéis pardos e cartolinas, que já fazem parte do acervo do Conviver. O lanche compartilhado será levado pelos participantes dos encontros, de modo que não será necessário realizar solicitação de recursos extras à prefeitura para a execução do projeto de intervenção.

## **7 RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho do Conviver demonstra sua potência desde a sua idealização. Um grupo de profissionais que atuam em um campo de injustiças e violações de direitos através de sua identificação com a luta por direitos de pessoas atingidas por um crime-desastre que impacta profundamente suas vivências. As ações da equipe se constroem pela busca de aprendizados anteriores, mas sobretudo pelo cotidiano de sua prática.

A proposta de elaborar um projeto de intervenção pretende oferecer um espaço de reflexões, trocas e sistematização do conhecimento que é produzido no dia-a-dia, por intermédio da Educação Permanente em Saúde. Por meio da construção coletiva, espera-se valorizar o espaço de autonomia na análise, planejamento e execução das ações do Conviver. Por fim, pretende-se, pela interação dos profissionais, ser mais um dos pontos de partida para a continuidade da caminhada nesse contexto em que o crime-desastre não aponta para o fim das violações de direitos e seus efeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M. L. M. (org). **Oficinas em dinâmica de grupos na área da saúde**, 2.ed. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019

AITH, F. M. A. A saúde como direito de todos e dever do Estado: o papel dos poderes executivo, legislativo e judiciário na efetivação do direito à saúde no Brasil. In: AITH, Fernando, et al. **Direito Sanitário - Saúde e Direito, um diálogo possível**. Belo Horizonte: ESP-MG, 2010. p.73-105.

BARBOSA, R. J. R. **A dependência econômica da cidade de Mariana no segmento de mineração: uma análise no período de 2013 a 2017**. TCC (Graduação em Economia) Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

CARVALHO, M. A. **A Produção do Cuidado em Saúde Mental aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG): Sentidos produzidos pelos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.16, p. 161-177, 2005.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2008, v.6, n.3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000300003>>. Epub 23 Out 2012. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000300003>. Acesso em: 02 de nov, de 2022.

CONVIVER. **Relatório Estruturação Clínico Institucional do “Conviver” no município de Mariana/MG**. Mariana, 2019

DALLARI, S. G. Direito Sanitário: Fundamentos, Teoria e Efetivação. In: AITH, Fernando, et al. **Direito Sanitário - Saúde e Direito, um diálogo possível**. Belo Horizonte: ESP-MG, 2010. p.43-71.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 26. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 08 de out. 2022.

MARIANA, **Plano de Ação da Saúde Mental**. Mariana, 2016

MERHY, E. E., FEUERWERKER L. C. M. Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado. In: MANDARINO A.C.S; GOMBERG, E. (orgs). **Informar e Educar em Saúde**: análises e experiências. Salvador: Editora da UFBA; 2011. p.5-21.

MERHY, E. E., Educação Permanente em movimento - uma política de reconhecimento e cooperação, ativando os encontros do cotidiano no mundo do trabalho em saúde, questões para os gestores, trabalhadores e quem mais quiser se ver nisso. **Saúde em Redes**. Porto Alegre, v.1, n.1, p.07-14, 2015.

PEDUZZI, M. *et al.* Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária: concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.13, n.30, p.121-34, jul./set. 2009.

SANTOS, M. A. L.; CARVALHO, M. A.; PENIDO, C. M. F. A atuação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial em um desastre da mineração em Mariana (MG): um relato de experiência. **Revista C&Trópico**, v.45, n. 2, p.171-182, 2021. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov45n2\(2021\)art11](https://doi.org/10.33148/cetropicov45n2(2021)art11).

SANTOS, M. A. L.; ROSSI, S. A construção do cuidado psicossocial aos atingidos do desastre de Mariana (MG): Um relato de experiência. In: SANT'ANA FILHO, O.; LOPES, D. C. (orgs.). **O psicólogo na redução dos riscos de desastres**: teoria e prática. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2017 (p.185-196).

SANTOS, M. A. L.; SOL, N. A. A.; MODENA, C. M. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. **Saúde em Debate**, v.44, n.2, p.262-271, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hNYv4Mw6gvDHBBsvT7vrhMQ/?lang=pt>. Acesso em 11 de set, de 2022. doi:10.1590/0103-11042020E218

## Apêndice 1 - Termo de Consentimento

Prezado(a) Colega,

Você está sendo convidado para participar do processo de reestruturação Clínico Institucional do “Conviver”, o qual será constituído por sete encontros, com o uso de técnicas com o objetivo de favorecer a reflexão e sistematização das ações da equipe, por meio da construção coletiva. A elaboração da proposta foi baseada nos pressupostos da Educação Permanente em Saúde e visa responder à necessidade de reformulação do processo de trabalho diante do reassentamento das famílias atingidas, com nova modificação dos seus territórios e das mudanças provocadas pela Pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, contamos com a sua participação e esclarecemos que os encontros serão gravados para facilitar a elaboração de atas e relatórios. Será garantido o anonimato e sua privacidade será assegurada, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Atenciosamente,

---

Janaína Ivanilda de Moraes

Eu, \_\_\_\_\_ portador(a) do CPF N.º \_\_\_\_\_, **AUTORIZO**, nos termos dos artigos 4º, 7º e 13 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que os encontros para reestruturação Clínico Institucional do “Conviver” sejam gravados para fins de elaboração de atas e relatórios.

Mariana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

(Assinatura)

## Apêndice 2 - Termo de Uso da Imagem

Eu, \_\_\_\_\_ portador(a) do CPF N.º \_\_\_\_\_, **AUTORIZO**, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada para fins de elaboração de atas, relatórios e ações de divulgação dos encontros para reestruturação Clínico Institucional do “Conviver”, os quais serão fotografados.

Mariana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**(Assinatura)**